

A televisão no Brasil: um olhar discursivo¹

Silmara Dela Silva (UFF/LAS)*

Resumo: Neste artigo, abordamos o processo de delimitação do discurso sobre a televisão no Brasil como objeto de pesquisa e um dos pontos do percurso de análise dos dizeres da imprensa sobre a implantação das primeiras emissoras de TV no país, na década de 1950: a ressignificação do tempo. Com a reconstrução dessa trajetória de pesquisa, tencionamos mostrar a especificidade da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux no trabalho com os processos de constituição de sentidos e, de modo mais específico, com o discurso midiático.

Palavras-chave: Análise de Discurso; acontecimento discursivo; televisão no Brasil.

“... não há controle ‘pessoal’ ou ‘coletivo’ dos processos e da história de que sujeitos e sentidos participam. O que há é a aparência de controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político”
(Eni Orlandi, **Discurso fundador**).

Conta a história que, no dia 18 de setembro de 1950, tiveram início as transmissões de televisão no Brasil, com a inauguração oficial da TV Tupi, em São Paulo. Esta inauguração é reconhecida como um acontecimento histórico (LE GOFF, 1996) das comunicações no país, devido à importância da TV para o desenvolvimento das chamadas novas tecnologias de informação e comunicação. À televisão é atribuída, por exemplo, responsabilidade pela alteração nas formas de comunicação midiática, sobretudo por combinar som e imagens, uma das razões do interesse que esta nova tecnologia despertaria na

¹ Com este título, retomo o nome que dei a um artigo resultante de uma qualificação na área de Semântica, publicado na revista *Caderno Seminal Digital*, em 2008 (no caso: “A televisão no Brasil: um olhar enunciativo”). Naquela ocasião, escolhi o título para marcar a especificidade daquele trabalho, que tinha como suporte teórico a Semântica da Argumentação ou do Acontecimento, uma perspectiva diversa da Análise de Discurso, minha área de tese. Ao iniciar a escrita deste artigo e necessariamente retornar aos porquês de minhas escolhas de objeto e método de estudo, mais de três anos após a conclusão do doutorado, este título me pareceu apropriado. Ao mesmo tempo em que me soa muito familiar, sintetiza o meu objetivo de olhar para o dizer da imprensa sobre a televisão no Brasil de um outro ponto de vista; de lançar para esse dizer um olhar mediado pela Análise de Discurso.

* Docente do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pesquisadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), em Niterói-RJ. Jornalista e doutora em Linguística pela UNICAMP. E-mail: silmaradela@gmail.com

sociedade brasileira, que há pouco dispunha de transmissões radiofônicas e das fotografias na imprensa. A presença do não-verbal, com a possibilidade de “ver” na TV o que antes seria somente ouvido pelo rádio e/ou lido nas revistas e nos jornais, promove significativas alterações na mídia impressa e, posteriormente, também na radiofônica, que passaria por várias transformações em sua programação².

No caso da imprensa, a necessidade de sobrevivência dos jornais e das revistas após a consolidação da TV resulta em alterações nos projetos gráficos e editoriais: as publicações passam a trazer mais fotos, a usar mais cores em suas páginas e mais espaços em branco, elementos que atribuíam leveza à diagramação; os impressos também passam a priorizar textos mais curtos e, conforme o caso, reportagens de aprofundamento dos assuntos já divulgados pela televisão³.

Como jornalista, sabia que este impacto da televisão no desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação no Brasil não era uma novidade, do mesmo modo que não era nova a sua história oficial: são inúmeros os trabalhos na área de Comunicação que atestam a relevância da televisão e narram detalhes de sua implantação no país⁴. Ainda assim, a televisão permanecia como o meu objeto de interesse.

Tomada pela proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso, sabia que as transmissões televisivas são discurso e não deixam de produzir efeitos junto aos brasileiros, em sua condição de sujeitos a quem elas se dirigem. Pensava também que, mesmo antes de ter acesso ao dizer da televisão, os sujeitos brasileiros possivelmente teriam ouvido falar dela; um discurso sobre que participaria da constituição do que hoje podemos chamar, de modo bem geral, de um discurso da televisão no Brasil.

Podemos dizer que este é o panorama geral que dá origem à minha tese de doutorado intitulada “O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia” (DELA-SILVA, 2008), da qual retomo algumas considerações neste artigo com o propósito de contribuir para a discussão sobre objeto e método de pesquisa em Análise de Discurso.

Na perspectiva teórica inaugurada por Michel Pêcheux (1997, 1997a, 1990), na França, e trabalhada no Brasil por Eni Orlandi (2007, 2001, 2001a),

² Dentre as transformações necessárias à sobrevivência do rádio, Pedro Tota (2004) aponta o aumento na quantidade de músicas na programação e o desaparecimento de alguns programas, como as radionovelas.

³ Um estudo sobre a adequação dos projetos gráficos e editoriais em periódicos brasileiros, a partir da década de 1950, é apresentado em Noblat (2002).

⁴ Dentre os trabalhos que abordam a história da televisão no Brasil, na área de Comunicação, destacamos o de Mattos (2010).

dentre tantos outros pesquisadores, buscamos repensar brevemente o caminho trilhado para a elaboração deste estudo que tem como objeto o discurso da imprensa sobre a televisão no Brasil, na década de 1950⁵.

Nesta mesma perspectiva, compreendendo a Análise de Discurso como um método de pesquisa sobre os processos de constituição de sentidos na linguagem, buscamos mostrar o que estamos chamando de um olhar discursivo sobre o dizer da imprensa a respeito da televisão; um olhar que não se pergunta sobre o que a imprensa disse acerca da TV no Brasil, tampouco sobre o que ela quis dizer naquele período. Um olhar que indaga sobre o modo como alguns sentidos sobre a TV se constituíram e se consolidaram, tornando-se evidentes, em meio a outros sentidos possíveis.

A Análise de Discurso: teoria e método de pesquisa

Tomar a Análise de Discurso como fundamentação teórica e metodológica para a reflexão sobre o discurso midiático não é exatamente uma escolha óbvia. O campo das Comunicações no Brasil com frequência privilegia estudos que se sustentam a partir de um olhar mais estrutural para a linguagem. Nos termos de Silva (2001, p. 151): “Faz parte das práticas da mídia [...] uma instrumentalização da língua, bem como da linguagem de modo geral”.

Algumas nomeações correntes na área já atestam este ponto de vista. O emprego de expressões como “veículos de comunicação”, em referência às diferentes mídias, e “público-alvo”, para tratar dos sujeitos a quem são dirigidas as comunicações midiáticas, são exemplos desta visão estrutural para as práticas da mídia, que localizam os chamados “meios de comunicação” como emissores de “mensagens prontas” e, deste modo, deixam de considerar o processo de produção de sentidos como uma relação entre sujeitos.

Este mesmo olhar se estende à linguagem⁶ no ensino das práticas jornalísticas aos futuros comunicadores. São correntes as remissões às técnicas de produção jornalística, à necessidade de “domínio” da linguagem pelo comunicador, ao imperativo de se utilizar uma linguagem “clara e objetiva” na mídia, remissões a uma tradição de análises que pressupõem a centralidade do sujeito em relação à linguagem. O processo de “transmissão de informações”

⁵ Neste trabalho, empregamos a denominação “década de 1950” de um modo genérico, de modo a englobar os dizeres sobre a televisão que circularam na imprensa brasileira entre meados de 1948 e meados de 1952, aproximadamente.

⁶ A linguagem jornalística é abordada em diversas obras, tais como Lage (1999; 1985) e Lustosa (1996). Também os manuais de redação dos grandes jornais, como *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, elencam as regras e padronizações da escrita para o jornalismo (MANUAL, 2001; MARTINS, 1990). Em artigo recente, Moraes (2011) aborda essas concepções de linguagem predominantes na Comunicação, ao pensar a contribuição da análise discursiva para a concepção de linguagem dos jornalistas (MORAES, 2011).

na mídia pressupõe a linguagem como um instrumento de acesso do comunicador ao seu público e não como um processo de produção de sentidos.

Assim, nos estudos sobre os discursos da mídia, a filiação à perspectiva de análise proposta por Pêcheux é, antes de tudo, uma questão de ponto de vista teórico: como afirma Pêcheux (1997), a língua é um produto da história e os sentidos, por consequência, não existem em si mesmos, mas se constituem em uma situação dada e em relação às posições sustentadas pelos sujeitos na formação discursiva em que se encontram.

Também é de Pêcheux (1997) a afirmação de que os sentidos não estão nas palavras, mas se constituem segundo condições específicas de produção discursiva, que incluem o sujeito, o contexto imediato em que ocorre a enunciação e os contextos sócio-histórico e ideológico, constitutivos do sujeito e do discurso. Deste ponto de vista teórico, não é possível isolar sujeito e linguagem, uma vez que ambos se constituem simultaneamente. Pensar a linguagem é, assim, pensar o sujeito, e tomá-los em sua relação com a ideologia.

Na perspectiva discursiva, não falamos em “veículos de comunicação”, e sim compreendemos a mídia como lugar de constituição, formulação e circulação de sentidos (ORLANDI, 2001a); não pensamos que “mensagens” possam “atingir o seu público-alvo”, mas buscamos compreender como os efeitos de sentidos se constituem na relação entre os sujeitos e a linguagem, uma relação histórica e ideológica, bem distinta de uma simples “transmissão de informações”. Nos termos da autora:

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2001, p. 21).

Deste modo, a Análise de Discurso propõe um novo olhar para o discurso midiático: um olhar que não se pergunta sobre a técnica ou as intenções dos comunicadores, mas que questiona os efeitos de sentido e os seus modos de constituição na mídia. Um olhar que não separa linguagem e sujeito, e sim que busca compreender os processos de produção de sentidos que não são estritamente linguísticos e que, ao mesmo tempo, não têm nos sujeitos sua origem. Sentidos que decorrem de “práticas sócio-históricas” que são “regidas pelo imaginário, que é político”, empregando os termos de Orlandi (2003, p. 7) no fragmento textual que trouxemos como epígrafe deste artigo.

Além de configurar-se como nosso quadro teórico de referência, a Análise de Discurso é um método de análise. Para apresentarmos esta

abordagem metodológica, recorreremos novamente a Orlandi (2001a), em sua explicação sobre a tarefa do analista:

[...] pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história. Essa elaboração permitirá ao sujeito trabalhar com sua ideologia (ORLANDI, 2001a, p. 14).

Desta afirmação de Orlandi (2001a), destacamos um ponto: a “construção de um dispositivo” analítico como um gesto necessário à compreensão dos efeitos de sentido nos discursos. Essa necessidade particulariza a posição do analista de discurso que, com o apoio do dispositivo teórico fornecido pela AD, dirige-se ao discurso, seu objeto de análise, a partir de uma posição outra que a do leitor, uma posição marcada pelo dispositivo teórico e não por um dispositivo ideológico (ORLANDI, 2007, p. 84), do efeito de evidência do sentido. Desnaturalizar os sentidos, conforme afirma Orlandi (2001a, p. 14), é questionar esse efeito da ideologia, é servir-se da teoria para pensar no modo como os sentidos se constituem e se apresentam como óbvios aos sujeitos.

Além de particularizar a posição do analista, a necessária “construção de um dispositivo” interessa-nos porque especifica a abordagem metodológica proposta pela AD. Se pensamos os sentidos como sempre passíveis de serem outros, constituídos na relação entre língua, sujeito e ideologia, como afirma Pêcheux (1997, 1990), trabalhamos, enquanto analistas de discurso, com a opacidade da linguagem e não com a transparência dos sentidos. Consequentemente, entendemos que não há um sentido a ser buscado, ou uma espécie de receita a ser seguida, com conceitos e procedimentos aplicáveis a *corpora* distintos.

O dispositivo teórico da AD sustenta o trabalho do analista, mas os conceitos a serem mobilizados para a análise de um *corpus* específico depende do tipo de material a ser analisado e também da questão proposta pelo pesquisador em sua análise. É esse recorte no dispositivo teórico que permite ao analista a abordagem de suas questões de pesquisa em um *corpus* com uma materialidade específica, que constitui o que chamamos dispositivo analítico. Nos termos de Orlandi (2001, p. 27): “[...] quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica”.

No caso da análise do discurso sobre a televisão no Brasil, objeto deste trabalho, uma das noções que trabalhamos é a de acontecimento discursivo, compreendido, conforme Pêcheux (1990, p. 17), como o

acontecimento que se produz “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, na relação entre dizeres que, ao se cruzarem, promovem novos sentidos possíveis. É assim que inscrevemos o acontecimento discursivo da televisão no Brasil, que aqui abordamos⁷.

O discurso da imprensa sobre a televisão: a ressignificação do tempo

Diante de nossa proposta de pesquisa, de pensar os modos como se constituíram na imprensa da década de 1950 os sentidos para a televisão no Brasil, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso, iniciamos o nosso percurso de análise buscando nas publicações de referência à época dizeres sobre a televisão e o processo de instalação de suas primeiras emissoras no país. Tomamos, assim, como marco o acontecimento histórico de inauguração da primeira emissora, a TV Tupi, em São Paulo (em setembro de 1950), buscando nos jornais e nas revistas disponíveis em arquivos públicos do estado de São Paulo⁸ materiais jornalísticos (notícias, reportagens, colunas, comentários, charges, etc.) e publicitários (propagandas, informes publicitários, etc.) que tratassem da televisão.

Em nosso percurso, chegamos ao ano de 1948 como ponto de inscrição do que chamamos de acontecimento discursivo da televisão no Brasil. Dois anos antes do efetivo início de suas transmissões em cidades brasileiras, a televisão já era qualificada no dizer em circulação na imprensa brasileira de referência como “televisão do/no Brasil”, uma marca no intradiscurso que direciona para o sentido de presença da televisão no país, especificada como um bem dos sujeitos brasileiros por meio da paráfrase “nossa televisão”, e que marca o que analisamos como um acontecimento discursivo.

Em nossas análises desse acontecimento discursivo, observamos no funcionamento dos dizeres da imprensa sobre a televisão questões como: os enunciados definidores de televisão, que enfatizam ora os seus atributos técnicos, ora as suas funções e finalidades para a sociedade brasileira; a relação entre os sentidos de público e privado, que ao mesmo tempo reconhecem a televisão como um empreendimento privado, de propriedade da cadeia de comunicação Diários e Emissoras Associados, mas que a apresentam como

⁷ Sobre a noção de acontecimento discursivo aqui apresentada de modo resumido, ver Dela-Silva (2008, 2011).

⁸ Na tese, trabalhamos com as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, e com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Neste artigo, no entanto, centramo-nos no processo de significação da TV como presente no país, que se marca, inicialmente, na revista *O Cruzeiro*, uma publicação dos Diários e Emissoras Associados, cadeia de comunicação responsável pela instalação das duas primeiras emissoras de televisão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

um bem público, disponível aos brasileiros; o processo de significação da TV como parte da cena urbana brasileira; e a ressignificação das noções de espaço e de tempo nos dizeres sobre a televisão⁹.

É este último ponto que queremos aqui apresentar, mostrando como os sentidos de passado, presente e futuro nos dizeres da imprensa sobre a televisão não são óbvios/evidentes, mas construídos no discurso jornalístico, de modo a significar a televisão como uma presença no Brasil, mesmo em sua ausência (e por ausência aqui compreendemos tanto em um momento inicial, em meados de 1948, quando tiveram início as negociações para a aquisição dos equipamentos para as instalações de televisão, como após o início das transmissões, em 1950, quando ainda não havia aparelhos de televisão nas residências brasileiras).

Como o acontecimento discursivo não se confunde com o acontecimento histórico de inauguração das emissoras de televisão e tampouco com a efetiva presença da televisão no país, o dizer da imprensa sobre a TV estabelece uma relação peculiar com a divisão clássica do tempo entre passado, presente e futuro. Inicialmente, o dizer sobre a televisão na imprensa estabelece apenas a distinção entre dois tempos: um passado remoto, tempo em que a TV é considerada um “sonho”, e um presente que antecipa o futuro, o tempo em que se enuncia.

Esta primeira relação da TV com o tempo pode ser observada na seqüência discursiva (1), que promove esta oposição entre passado e presente-futuro, ao anunciar que o Brasil terá televisão:

SD(1) **Ontem** a palavra televisão definia, sem dúvida, coisa abstrata e quase impossível. **Nos dias presentes** já assistimos a movimentação das nossas variadas emissoras no sentido de adquirir o novo invento (*O Cruzeiro*, 16.10.1948, grifos nossos).

Extraída do texto intitulado “Televisão no Brasil”, responsável por anunciar que o Brasil teria uma emissora de televisão, a seqüência (1) estabelece a oposição entre um momento de “sonho” com a televisão, alocado em um passado, marcado pela qualificação da TV como “[...] coisa abstrata e quase impossível”, e o presente-futuro, marcado no intradiscurso pela expressão “nos dias presentes”, que diz que a TV, será uma “realidade”. Apesar da aproximação com o tempo presente promovida pelo título “Televisão no Brasil”, que sugere a presença da TV no país, a sua existência é parte de um futuro, um vez que o que há, no presente, não é a televisão, mas a

⁹ Abordamos separadamente esses pontos de análise do acontecimento discursivo da televisão no Brasil presentes na tese em diversos trabalhos que publicamos nos últimos dois anos, em anais de congressos e capítulos de livros na área de Análise de Discurso.

“movimentação” das emissoras para “adquirir o novo invento”. Assim, o acontecimento em tempo presente “televisão no Brasil”, expresso no título do texto, bem como as oposições entre passado e presente-futuro, expressas na seqüência discursiva (1) iniciam um processo de antecipação do futuro para o presente. Dizer “televisão no Brasil” traz consigo a presença da TV no momento de enunciação, ainda que a sua existência esteja limitada a este efeito de sentido.

Podemos observar a indistinção entre presente e futuro oposta a um passado remoto, a um “ontem” associado a um tempo longínquo também na seqüência (2):

SD(2) Dessa forma, o que **há pouco tempo atrás parecia um sonho** somente **conhecido através das revistas e do cinema**, se converteu numa **realidade soberba, ao alcance de qualquer um** (*O Cruzeiro*, 12.08.1950, grifos nossos).

Marcado pela expressão “há pouco tempo atrás”, que aloca a televisão no plano do “sonho”, conhecida somente por meio das mídias (“das revistas e do cinema”), o passado se opõe à presença da televisão discursivizada como presente, ainda que, de fato, a televisão, naquele momento, somente fosse “conhecida” dos sujeitos brasileiros por meio dos relatos na mídia.

Este efeito de antecipação do futuro, que faz da televisão uma presença no país, ainda que ausente, é reiterada na imprensa brasileira pelo dizer sobre a televisão nos Estados Unidos, país de onde seriam trazidos os equipamentos necessários para a instalação das emissoras brasileiras. Para a compreensão da presença recorrente dos Estados Unidos no dizer sobre a TV faz-se necessário observar as condições de produção discursiva. Como afirma Pêcheux (1997a, p. 79), “[...] *é impossível analisar um discurso como um texto* [...] mas é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (grifos do autor).

Na passagem da década de 1940 para a de 1950, com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passam a ser vistos como uma nova potência econômica, diante da fragilidade europeia no pós-guerra. Em um novo contexto mundial, de polarização entre países capitalistas e socialistas, os Estados Unidos são considerados o ideal de país no capitalismo, um modelo a ser seguido em termos de industrialização e de modernização (Cf.: SINGER, 1986; PEDRO, 1985). A televisão, em funcionamento naquele país desde o final da década de 1940, é um exemplo de modernidade, de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Na época em que a revista *O Cruzeiro* anuncia o início das negociações para a instalação da primeira emissora de TV no Brasil, os Estados

Unidos possuíam emissoras de TV em funcionamento, o que faz com que esta realidade norte-americana seja evocada como uma memória no dizer sobre a presença da televisão no país. As sequências discursivas (3) e (4) mostram o funcionamento dessas condições de produção:

SD(3) **O progresso da televisão nos Estados Unidos tem sido fabuloso.** Na foto, uma câmera de televisão está sendo ajustada para apanhar um close-up de um cantor (*O Cruzeiro*, 15.10.1949, grifos nossos).

SD(4) **Os Estados Unidos já possuem seus “astros de televisão”** (*O Cruzeiro*, 15.10.1949, grifos nossos).

Ao relatar o que seria o bom desempenho da TV nos Estados Unidos, em uma reportagem que tinha como foco explicar o que era a televisão, as sequências (3) e (4) produzem um efeito de naturalidade a este dizer. Combinadas a um não-verbal que apresenta a imagem de câmeras de televisão, de aparelhos receptores e mesmo de artistas em cena, durante transmissões televisivas norte-americanas, o dizer do “progresso da televisão nos Estados Unidos” e da existência de “astros de televisão” no país constituiu-se em relação parafrástica (ORLANDI, 1998) com o enunciado “televisão no Brasil”, já em circulação na imprensa, reafirmando o efeito de sentido de que a televisão estava presente no Brasil.

Com as primeiras transmissões de TV em São Paulo, em meados de 1950, a este presente que se opõe a um passado remoto, “um sonho”, coloca-se, em outro extremo o futuro, tempo em que a “a televisão já estiver vulgarizada” no país, como marcado na sequência discursiva (5):

SD(5) De modo que este cronista nem ousa imaginar o sucesso que será a transmissão de uma partida de futebol de qualquer desses estádios, **quando a televisão já estiver vulgarizada, entre nós, como os receptores de rádio...** É pensando **no que será a TV no futuro**, que eu deixo aqui o meu entusiasmado “viva a televisão”! (*O Cruzeiro*, 12.08.1950, grifos nossos).

A distinção temporal que se mantinha no dizer da imprensa entre um passado e um presente-futuro, anteriormente às primeiras experiências de transmissões televisivas, é alterada, assim, para uma diferenciação entre passado (tempo em que a TV era conhecida somente “através das revistas e do cinema”); presente (momento em que são realizadas as primeiras transmissões de imagens na cidade de São Paulo); e futuro (época em que a televisão estará tão presente nas residências brasileiras como se encontrava o rádio, naquele momento).

Contudo, em um terceiro momento, poucos meses após o início das transmissões televisivas na capital paulista, a chamada “vulgarização” da TV passa a ser discursivizada como parte do presente e não mais de um futuro, como se o contato com a televisão fosse uma constante em São Paulo, cidade onde se encontrava a primeira emissora, como mostram as sequências (6) e (7):

SD(6) Desde esse dia os paulistanos vêm mantendo, com orgulho, o privilégio de serem os primeiros no continente latino-americano a possuírem televisão. Aliás, **o público bandeirante já demonstra estar tão familiarizado com a TV como com o rádio** (*O Cruzeiro*, 28.10.1950, grifos nossos)

SD(7) **A televisão em São Paulo é coisa de rotina** (*O Cruzeiro*, 28.10.1950, grifos nossos).

A formação imaginária (PÊCHEUX, 1997a) da televisão como parte do cotidiano dos moradores da cidade de São Paulo, que evoca o rádio como memória para a comparação da popularidade do equipamento recém-instalado, produz efeitos por meio da indistinção entre presente e futuro, que projeta a imagem dos equipamentos de TV que de fato não existiam na capital paulista àquele momento. É bastante conhecida a história de que, no momento da inauguração oficial da TV Tupi em São Paulo, havia cerca de 200 equipamentos em toda a cidade, distribuídos em lojas e doados a autoridades pelo empresário Assis Chateaubriand, tal como relata Moraes (1994) na biografia do proprietário dos Diários e Emissoras Associados.

A discursivização da TV como presente, considerada uma prática do dia a dia a influenciar no cotidiano dos sujeitos telespectadores, é uma das marcas do acontecimento discursivo da televisão no Brasil, que participa do processo de constituição de sentido de grande mídia para a televisão (DELA-SILVA, 2008), desde o anúncio de sua instalação no país.

Para concluir...

Neste trabalho, buscamos mostrar a especificidade do trabalho com o discurso midiático na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, tomando como exemplo a análise da ressignificação do tempo no discurso da imprensa sobre a televisão no Brasil, na década de 1950.

Neste breve percurso de análise, mostramos como em um período de apenas dois anos (de 1948 a 1950) os dizeres sobre a TV na imprensa estabelecem três diferentes divisões temporais:

1) Distinção entre passado e presente que antecipa o futuro, ao abordar as negociações para a aquisição de equipamentos para as transmissões televisivas como a efetiva presença da televisão no Brasil;

2) A diferenciação entre passado, presente e futuro, quando do início das transmissões televisivas, significando a televisão como presente, em oposição ao tempo passado em que a mesma era desconhecida dos brasileiros, e ao futuro, quando a sua popularidade poderia ser equiparável à do rádio naquele momento; e

3) A distinção entre presente e passado, com a televisão significada como “coisa de rotina” para os sujeitos telespectadores, dois meses após o início das suas transmissões regulares em São Paulo.

Embora bastante breves, esperamos que as análises aqui apresentadas possam contribuir para mostrar a relevância da Análise de Discurso no trabalho com o discurso midiático. Como bem define Orlandi (2001, p. 26), a Análise de Discurso “visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Compreender como os discursos da mídia se constituem, percebendo o seu funcionamento enquanto objeto simbólico, permite-nos questionar a univocidade do sentido (PÉCHEUX, 1990), compreendendo, assim, que o sentido pode ser outro, para além daquele que nos é apresentado como evidente no dizer reiterado nos discursos das/nas mídias.

Referências

DELA-SILVA, S.C. A televisão na imprensa brasileira: sujeito e sentido entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA, B.C. (orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 287-306.

_____. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

LAGE, N. **A estrutura da notícia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **A linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

LE GOFF, J. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LUSTOSA, E. **O texto da notícia**. Brasília, DF: Ed. UNB, 1996.

MARTINS, E. (Org.). **Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

MANUAL de redação: Folha de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- MORAES, E. Contribuição da Análise do Discurso para a concepção de linguagem do jornalista. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 40 (3): p. 1316-1325, set-dez.2011.
- MORAES, F. **Chato**. O rei do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. (Org.). Prefácio. In: _____. **O discurso fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 7-9.
- _____. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001a.
- _____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas/SP, n. 4, p. 9-19, 1998.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni P. Orlandi [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Traduzido por Bethania Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-161.
- _____. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PEDRO, A. **História geral**. História moderna e contemporânea. v. 2. São Paulo: Moderna, 1985.
- PEDRO TOTA, A. Rádio e modernidade em São Paulo (1924-1954). In: PORTA, P. (Org.). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 487-515.
- SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. v. 4. São Paulo: Difel, 1986. p. 209-245.
- SILVA, T.D. Mídia e imagem urbana: tecnologias no discurso jornalístico. ORLANDI, E.P. (Org.). **Cidade atravessada**. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 151-163.